

Discursos, Identidades e Relações de Poder: Dinâmicas e Emergências em Comunicação Organizacional¹

Rudimar Baldissera

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS

Rennan Mafra

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG

Resumo

De cunho conceitual, neste texto temos o propósito de refletir sobre potencialidades de abordagens discursivas no campo de estudos da comunicação organizacional. Para isso, assumimos que tais abordagens são capazes de lançar luz notadamente sobre a explicitação de dinâmicas identitárias e a emergência de relações de poder. Nessa direção, ressaltamos as potencialidades ora encetadas a partir da evidenciação de três aspectos epistemológico-teórico-metodológicos: 1) as abordagens discursivas como capazes de dar a ver as dinâmicas instituidoras da relação entre identidade e diferença; 2) o discurso como lente capaz de vislumbrar movimentos de disputa e circulação de poder, na constituição de processos de subjetivação; e 3) os fenômenos discursivos como viabilizadores ao estudo da experiência e de suas emergências nos ambientes relacionais das organizações.

Palavras-chave

Comunicação organizacional; discursos; identidades; poder; experiência.

Introdução

Que implicações epistemológicas, teóricas e metodológicas se apresentam quando abordagens discursivas apanham/tomam/apreendem a comunicação organizacional? Dentre as inúmeras trajetórias de sentido que podem servir como respostas a tal questionamento, reconhecemos que um gesto discursivo é capaz de oferecer dois potentes caminhos investigativos, diretamente imbricados, à interpretação dos fenômenos em comunicação organizacional: 1) uma instigante e multifacetada leitura sobre a conformação de dinâmicas identitárias; 2) uma robusta análise sobre os complexos e sub-reptícios movimentos interacionais de produção/reprodução do poder. Tecer breves reflexões sobre tais caminhos é empreitada desafiadora que assumimos neste texto, sem qualquer pretensão de esgotamento da temática. Assim, nas próximas linhas, ofertamos a urdidura de uma problematização preliminar, numa tentativa de explicitar o pano de fundo epistêmico de desenhos epistemológicos, teóricos e metodológicos que já vem sendo, de algum modo, enfrentados por estudos da área, nos últimos anos.

Antes de tudo, torna-se fundamental observar que estudos discursivos, nos caminhos aqui aventados, são capazes de potencializar o esforço de inúmeros pesquisadores da

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Discursos, Identidades e Relações de Poder, atividade integrante do XIII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

comunicação organizacional, sobretudo nos cenários brasileiros, no que se refere ao refinamento de um olhar propriamente comunicacional na pesquisa dos ambientes organizacionais. Dito por outras palavras, a partir da filiação a uma perspectiva relacional/interacional da comunicação, como desafio paradigmático evidenciado por pesquisadores como França (2002) e Braga (2011) à constituição e ao fortalecimento do campo da comunicação como um todo, alguns pesquisadores, como Oliveira (2009), Baldissera (2009b) e Henriques (2018), já têm elaborado reflexões no sentido de tomar as organizações como objetos de conhecimento da comunicação numa perspectiva interacional.

Tal gesto, essencialmente epistemológico, torna-se definidor dos modos como: 1) a comunicação é vislumbrada nos cenários organizacionais - reconhecendo a existência de processos funcionais de profissionalização e produção da informação nas organizações, mas se utilizando de uma perspectiva relacional para tomar a investigação da comunicação organizacional para muito além dos dispositivos oficiais e de possíveis interesses em sucessos e/ou fracassos quanto à efetividade informacional das estratégias; 2) as organizações como espaços interacionais complexos, cujas compreensões acadêmicas tornam-se tributárias de múltiplas teorias constituídas no âmbito das humanidades - gesto este fundamental à produção de uma autonomia de pensamento ao estudo das organizações por pesquisadores da comunicação, afastando-se das prescrições de gestores interessados em estudos comunicacionais que façam coro aos interesses imediatos e instrumentais das organizações (e reconhecemos essa característica sem nenhum juízo de valor *a priori* dirigido a tais gestores, uma vez que é da natureza da própria gestão a instituição de forças de ordem/controle/estabilização dos ambientes organizacionais - inclusive quando os últimos tornam-se objetos de pesquisa).

Sabemos que tal gesto é pautado por uma série de conflitos, uma vez que as pesquisas em comunicação organizacional pautadas por um viés interacional filiam-se a abordagens críticas, estas que, muitas vezes, desagradam falas oficiais das organizações; como também reconhecemos, na visada de D'Almeida (2017), que os estudos da comunicação organizacional, ainda que orientados por uma perspectiva interacional crítica, convivem sempre com a suscetibilidade de serem instrumentalizados por abordagens funcionalistas, que tendem a subsumir as pulsões críticas e a se apropriarem da pesquisa científica para fazerem valer os interesses de ampliação de poder da própria organização examinada sobre seus públicos². De todo modo – e reconhecendo que a própria presença de tal suscetibilidade é um

² D'Almeida (2017) evidencia o quanto uma perspectiva crítica, tomada como linha epistemológica aos estudos organizacionais, é potente no sentido de oferecer contundentes análises sobre a cultura, as relações de poder e as interações

elemento instigante, intrínseco à pesquisa em comunicação organizacional – uma abordagem discursiva torna-se, por esses termos, investida ainda mais de relevância, na oferta de recursos hermenêuticos capazes de fazer coro à ampliação de uma visada crítica na apreensão dos inúmeros paradoxos presentes nas organizações (e em seus estudos), motivada, no campo da comunicação, pela consolidação de uma perspectiva relacional/interacional.

De tal sorte, tensionar a comunicação organizacional pelas lentes do discurso é movimento reflexivo que se investe, inevitavelmente, do intuito de se problematizar aspectos atinentes aos complexos processos de emergências de identidades, processos estes atravessados por disputas e relações de poder. Tal problemática torna-se notadamente presente no cenário dos ambientes organizacionais contemporâneos, marcados por multiculturas e pela complexidade das relações de trabalho: nesses contextos, a pluralidade de sistemas de valor e de moralidade adentra os jogos relacionais das organizações, instituindo estratégias sofisticadas de busca por permanência e imagem positiva das falas autorizadas, bem como fazendo emergir dinâmicas de reconhecimento e de atribuição de um horizonte possível às diferenças, na constituição de processos de subjetivação política de indivíduos e de grupos, que advogam, para si e para outros, uma existência pautada no atendimento de demandas por legitimidade, justiça e autorrealização nos sistemas organizacionais contemporâneos.

Com relação a isso, é fundamental observar que, em trabalhos anteriores, Baldissera (2007; 2009a) vem demonstrando que a constituição de dinâmicas identitárias, no âmbito das organizações, é processo marcado por tensões dialógico-recursivas: inspirado explicitamente no paradigma da complexidade, de Edgar Morin, o pesquisador compreende que a constituição do que ele chama de *complexus* identificatório move-se, eminentemente, por uma espécie de tônus discursivo: na medida em que as organizações investem-se de expectativas sociais pautadas por um determinado horizonte identitário de ordenamento e controle, um inevitável movimento discursivo de organização/ordem é posto como forma de se lidar com as atualizações/perturbações que emergem nos seus complexos ambientes relacionais. Por tudo isso, as dinâmicas de constituição de identidades, em contextos organizacionais, são

nos contextos organizacionais. Entretanto, sendo as organizações espaços de instrumentalização e de prescrições de processos de ordenamento, especialmente motivados por parâmetros de eficiência, efetividade e controle, os estudos organizacionais sofrem sempre o risco de serem afetados por aquilo que a pesquisadora francesa chama de desvios funcionalistas da abordagem crítica - e, nesse aspecto, D'Almeida (2017) é enfática ao evidenciar, por exemplo, que as noções de cultura organizacional, de narrativa e de sensível são apropriadas pelo pensamento de uma prática gerencial que as instrumentalizam e tentam esvaziar, de tais noções, seu potencial crítico. Assim, as ferramentas de compreensão são subvertidas como ferramentas de ação, na produção de um social nos âmbitos organizacionais. Nas palavras da autora, "será o signo dessa capacidade do capitalismo de recuperar toda abordagem crítica colocando-a a seu serviço e a serviço de seu desenvolvimento? (...) Assim como *Chronos*, o deus mitológico do tempo, devora seus filhos, o capitalismo devora nossos conceitos" (D'ALMEIDA, 2017, p. 62).

gestos pautados por lances discursivos constituídos por tensões, uma vez que, na própria coerência projetada (sobretudo pelas falas oficiais) é possível observar, como num campo de forças, um conjunto de silêncios, de não-ditos, de projeções de ordem motivadas pela própria desordem, enfim: na identidade, gritam/esmurram-se/chocam-se inúmeros desafios à estabilidade/permanência/continuidade das interações organizacionais, imprimindo um movimento complexo de vitalidade às organizações na medida em que, paradoxalmente, as mesmas tornam-se ameaçadas em sua própria existência.

Dessa forma, inúmeras problemáticas tornam-se presentes nos cotidianos organizacionais, temáticas estas atravessadas por uma disputa notadamente percebida por/em seus aspectos identitários: demandas por sustentabilidade, postas, globalmente, pela questão ambiental; experiências de gênero, raça, cor, classe, orientação sexual e outros grupos minorizados, emergentes na contemporaneidade como traços do comum; subjetividade e corpo como categorias políticas de busca por justiça e equidade, dentre outros. Dessa forma, pulsões/temáticas sensíveis e atinentes a abordagens discursivas tornam-se reveladoras de identidades móveis, em profunda e inevitável tensão frente aos complexos e pluralistas contextos interacionais contemporâneos.

Sendo assim, as breves reflexões aqui encetadas propõem-se a apresentar algumas perspectivas e desafios epistemológicos, teóricos e metodológicos aos contextos de estudo da comunicação organizacional, quando atravessados pelas promissoras lentes de análise do discurso - lentes estas capazes de evidenciar dinâmicas e emergências em comunicação organizacional, tonalizadas por movimentos identitários e relações de poder. Por tudo isso, esse texto se organiza em três partes, além desta introdução - todas elas pautadas pela escolha de embasamentos discursivos, notadamente disseminados no campo das humanidades e ora propostos a investigações no campo da comunicação organizacional, quando atravessado por uma perspectiva interacional. No tópico *As dinâmicas discursivas da identidade e da diferença*, apresentamos alguns autores que nos auxiliam na compreensão das complexas coreografias discursivas envoltas junto aos processos de emergências de dinâmicas de identidade e de diferença. Em seguida, na seção *Discursos, poder e subjetivação*, demonstramos o quanto uma abordagem discursiva é capaz de evidenciar os movimentos de poder presentes nos processos de constituição de sujeitos. Adiante, no tópico *Experiência, discursos e emergências*, compreendemos como a noção de experiência, no campo da comunicação organizacional, pode ser metodologicamente apreendida pelas lentes do discurso. Ao final, tecemos considerações no intuito de estimular a continuidade do diálogo preliminar aqui proposto em publicações e contextos futuros, no intuito de reforçar o lugar

epistemológico do discurso frente aos estudos da comunicação organizacional.

As dinâmicas discursivas da identidade e da diferença

Todos os autores que, de modo consistente, discutem “identidade” principiam suas reflexões por ressaltar que a noção de identidade pressupõe a de diferença, ou seja: não há como falarmos em identidade sem falarmos em diferença. Pelo contrário, para os autores, é na diferença que o valor se estabelece. Nessa perspectiva, podemos recorrer primeiro ao linguista Saussure (2006) (também considerado o “pai” da Teoria Semiótica de orientação francesa) que afirma que o valor de um signo está em relação a outros signos, que *ele é porque não é outro*. O sentido, portanto, nunca estará em si mesmo, mas na relação que estabelece com outros signos. Assim, desde aqui (para não irmos a autores que o antecederam) fica posto que *identidade* pressupõe *diferença*, e que ambas são noções indissociáveis. Como afirma Boaventura de Souza Santos (2001, p. 35), “[...] não há identidade sem diferença e a diferença pressupõe uma certa homogeneidade que permite identificar o que é diferente nas diferenças”.

Em toada semelhante, da sociossemiótica, podemos destacar Landowski (2012) que afirma que a identidade só existe em relação interpessoal com a alteridade, ou seja, entre o “eu” e um “outro”. Essa relação pressupõe a presença de um grupo de referência que investirá sobre uma pessoa ou grupo - neste caso o “outro” que, de modo geral, está em desvantagem na relação - um conteúdo semântico (temos aqui o exercício de poder, a política). Dessa maneira, a presença da diferença, conforme elucida o autor, é fundamental na relação identidade-alteridade, noções sempre interdependentes.

Sobre o campo dos estudos culturais, podemos destacar, dentre outros, Hall (1997; 2006), Woodward (2009) e Silva (2000). Os autores evidenciam a indissociabilidade entre identidade e diferença. Woodward (2009) ressalta que as identidades são construídas através da relação com outras identidades, em oposição binária. Isso evidencia as presenças de um “eu” em relação a um “outro”, o que envolve reivindicações fundamentais sobre quem irá (e poderá) pertencer a uma dada identidade e sobre quem será excluído desse determinado grupo sociocultural. Dentre outros, esse é um argumento fundamental para compreensão do quanto as dinâmicas identitárias envolvem questões da diferença, da experiência e dos processos de subjetivação política – não em perspectiva de política partidária ou de mobilização de públicos, mas de constituição dessas relações de força que, discursivamente, procuram fixar os sujeitos na estrutura social a partir da estabilização (ou da tentativa de estabilização) dos grupos identitários. Vale observarmos que a Woodward (2009, p. 41) afirma que “a diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções [...] no qual as

identidades são construídas por uma clara oposição entre ‘nós’ e ‘eles’. A marcação da diferença é, assim, o comportamento-chave em qualquer sistema de classificação”.

Nessa perspectiva, conforme aponta Silva (2000), quando dizemos algo sobre um sujeito individual ou coletivo (uma identidade), não apenas dizemos sobre ele, senão que dizemos do nosso lugar nessa relação, isto é, toda fala e toda materialização discursiva atualiza relações de poder, de modo que os discursos nunca são aleatórios e/ou desprovidos de intenção. Assim, em perspectiva das relações de poder que se estabelecem entre identidade e diferença, Silva (2000, p 81) afirma que, por serem discursivas, tais relações estão sujeitas “[...] a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, elas são impostas.” São disputadas, portanto; e essas disputas atualizam questões sociais, políticas e econômicas mais amplas: “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. [...] A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”. (SILVA, 2000, p. 81). Sempre que há diferenciações, de alguma forma, há atualizações das/nas relações de poder. Ainda conforme Silva (2000, p. 81), outros processos que traduzem essa diferenciação e evidenciam marcas de poder são: “[...] incluir/excluir (‘estes pertencem, aqueles não’); demarcar fronteiras (‘nós’ e ‘eles’); classificar (‘bons e maus’; ‘puros e impuros’; ‘desenvolvidos e primitivos’; ‘racionais e irracionais’); normalizar (‘nós somos normais; eles são anormais’)”. A essa luz, dizer algo sobre as alteridades não consiste em simples dizer, pois que tal dizer atualiza relações de força, classificando-as nas estruturas de poder. Desse modo, ter acesso aos lugares de fala para dizer a partir dos próprios lugares socioculturais – e, fundamentalmente, políticos – apresenta-se como gesto basilar para avançar no sentido de reorganizar as relações de força entre os diferentes.

Portanto, com base nos autores mobilizados, torna-se evidência indiscutível que a noção de identidade exige a de diferença, isto é, somente é possível identidade em relação à diferença (LANDOWSKI, 2002; HALL, 2000; SILVA, 2000), em estreita relação de dependência. Porém, conforme elucida Silva (2000), a forma positiva/afirmativa como a identidade é expressa tende a ocultar essa relação. Nesse sentido, é preciso atentarmos para o fato de que a afirmação “sou brasileiro” só é necessária porque existem outros sujeitos que não são brasileiros, de modo que “[...] é parte de uma extensa cadeia de ‘negações’, de expressões negativas e identidade, de diferenças”. (SILVA, 2000, p. 75; grifo do autor). De modo geral, as diferenças são produtos derivados da identidade, daí que a “[...] identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos

aquilo que não somos” (SILVA, 2000, p. 75-76).

Por tudo isso, investir numa abordagem discursiva para a compreensão da comunicação organizacional é empreitada que pressupõe deslindar/esgarçar complexas dinâmicas identitárias, em meio às quais tentativas de estabilização são publicamente visibilizadas, diante de um amplo cenário social de perturbação/de tensões/de disputas, em meio ao qual dispõem-se públicos, formas identitárias e expectativas sociais. Torna-se, portanto, desafiador aos estudos discursivos da comunicação organizacional a visada que assume o discurso como lugar epistemológico de realização das interações, pautado por movimentos de força e por inúmeras tensões movidas, ao mesmo tempo e no mesmo lance, por identidades e diferenças.

Discursos, poder e subjetivação

No campo de inúmeras teorias dos discursos (para muito além dos estudos de conteúdo, que tomam *discurso* de modo redutor, apenas como uma espécie de ferramental metodológico) – há indubitáveis pressupostos que vislumbram as relações de força que se estabelecem entre identidade e diferença, mesmo que isso nem sempre fique explícito, pois que outros conceitos dão conta dessas questões. De qualquer forma, se tomarmos a noção bakhtiniana de dialogismo (BAKHTIN, 1992; 1999), em si, ela já dá conta das relações entre sujeitos a partir de seus grupos socioculturais, portanto, de sujeitos pertencentes a determinados grupos identitários, movimento este capaz de revelar seus lugares de fala. São essas diferenças que são postas em relação dialógica, caso contrário, sequer haveria necessidade de comunicação. Além disso, e fundamentalmente, caso o foco seja a partir da perspectiva da Escola Francesa do Discurso, não podemos esquecer que as teorizações de Althusser, Foucault e Pêcheux, dentre outros, têm alguns de seus principais fundamentos nas teorizações de Marx, portanto, têm a relação identidade-diferença como constitutivas. Como pensar em formações discursivas/formações ideológicas sem pensar em diferença? Os vários enunciados podem ou não conformar diferentes formações discursivas e, para além disso, essas formações discursivas podem ou não conformar diferentes formações ideológicas. Novamente, não nos parece possível refletir sobre a constituição de uma identidade ideológica sem pressupor a noção de diferença.

Ainda com relação às teorias dos discursos, argumentamos a profunda e intrínseca relação entre discursos e processos de subjetivação política. Na linha foucaultiana, por exemplo, os discursos compõem uma ampla rede de dispositivos, em meio à qual um conjunto de relações de força (de poder) buscam capturar/instituir/prescrever modos de

existência dos/aos sujeitos. Dito por outras palavras, não existe sujeito, mas sim um “tornar-se sujeito”, processo discursivo este denominado no campo teórico de “subjetivação”. Para além do óbvio e complexo campo de estudos que tal abordagem, por si só, sugere no campo das humanidades, é importante considerar que, tanto na obra de Michel Foucault (1999), quando na obra de Giorgio Agamben (2009), há o forte argumento de que as máquinas de subjetivação - os dispositivos - na modernidade operam em velocidade e em profusão, o que, na visão de tais autores, torna possível a diferenciação dos modos de existir dos sujeitos como gesto intrínseco a um cotidiano mutante, peculiaridade moderna em relação a qualquer outro período histórico antecedente.

A partir de prescrições da racionalidade, dos processos de instrumentalização do corpo e das emoções, da busca pelo autocontrole e, sobretudo, pela ideologia do progresso (Benjamin, 1987), a vida moderna se estrutura como se almejasse obter uma dinâmica que “superasse” o ordinário, como que deslocada da experiência comum, idealizada, sempre no futuro, num ponto adiante na temporalidade e na espacialidade. Esse futuro, que nunca chega, forja um conjunto de valores sociais e de moralidades específicas que causam enorme conflito com os mais variados sistemas de valor em disputa (sistemas esses colocados em circulação nos processos globalizados contemporâneos). Nesse cenário, relações discursivas e de poder fazem emergir identidades e provocam hierarquizações, sofrimento, desajustes, inconsistências, conflitos.

Com relação a esse aspecto, o filósofo e historiador Jacques Rancière (1996) trabalha e amplia a perspectiva foucaultiana dos processos de subjetivação, em busca de compreender como formas discursivas, impostas aos sujeitos pelas máquinas e pelos dispositivos modernos de poder, são negadas, num processo dissensual e polêmico. Para o filósofo, ao contrário de admitir que o projeto moderno se conclui definitivamente na contemporaneidade, a modernidade é forçada, a todo instante, por emergências, de modo que processos de subjetivação caminham em múltiplas direções: tanto na projeção de um horizonte único (e objetificador) do progresso, com foco num futuro prometido como perfeito e promissor – gesto que, supostamente, justifica as agruras de um presente sofrido e doloroso –, quanto nos caminhos que denunciam, dissensualmente, as formas discursivas impostas, a partir de outras formas discursivas dissensuais e polêmicas, compondo e atualizando os processos de subjetivação política experimentados na contemporaneidade (numa complexa trama de forças e de reivindicações identitárias).

E é nesse lugar que se poussa uma das forças da abordagem discursiva como lente epistemológico-teórica-metodológica da comunicação organizacional: as organizações

constituem o principal *locus* de materialização e de experimentação do projeto da modernidade; nas organizações – e sobretudo em seus processos comunicacionais – as tensões entre dispositivos e emergências se operam discursivamente e hegemonicamente nos cenários sociais modernos. E é com base na diferença – ou, mais propriamente nas diferenças – que as tentativas de pasteurização da modernidade são contrapostas, desafiadas, denunciadas, operando os discursos organizacionais como vestígios epistemológicos e metodológicos que se apresentam aos pesquisadores da comunicação organizacional como materiais preciosos para análise das relações de poder, dos processos de subjetivação e dos conflitos sociais e humanos, consequentes do projeto moderno (e de sua profunda crise). Nesse ínterim, a partir de reflexões que tensionam a comunicação organizacional pelas lentes teórico-metodológicas do discurso, é possível problematizar aspectos atinentes aos complexos processos de emergências de identidades, notadamente marcados por disputas e relações de poder.

Ora, dizer da produção de sentidos e das dinâmicas identitárias pressupõe a instituição de práticas semióticas, não apenas pelas narrativas a partir de linguagem fortemente estruturada, mas em perspectiva de todas as semióticas. Complementarmente, ressaltamos que sob a noção de *ethos* discursivo (MAINGUENEAU, 2008), estão contemplados processos que intencionam um dar-se a ver, um oferecer-se aos públicos. Assim, nos ambientes organizacionais contemporâneos, questões que atravessam as interações nos sistemas organizacionais, na forma de disputas políticas e identitárias, tornam-se problemáticas preciosas para serem apanhadas em seus aspectos discursivos: como as organizações lidam com as demandas por sustentabilidade, postas, globalmente, pela questão ambiental? Em que medida as organizações lidam com experiências de gênero, raça, cor, classe, orientação sexual e outros grupos minorizados, emergentes nos cotidianos organizacionais? Como os processos de subjetivação emergentes na/pela diferença (o que inclui o corpo como âmbito discursivo) atualizam novas categorias relacionais, fundamentadas pela busca por justiça e equidade, tensionadas pelos sistemas de poder oficiais e hierarquizados?

Experiência, discursos e emergências

Por fim, os fenômenos discursivos tornam-se valiosos gestos viabilizadores ao estudo da experiência e de suas emergências nos ambientes relacionais das organizações. Advogamos que a noção de experiência torna-se fundamental à compreensão dos modos de existir dos sujeitos em suas relações de força nos contextos em que se situam. Nessa perspectiva, pautados pela noção de John Dewey (1980), compreendemos que a experiência é movimento *resultante* e *provocador* da interação entre criatura viva e ambiente, de modo que,

tanto criatura quanto ambiente se co-constituem/se atualizam/se modificam. Assim, na perspectiva do pragmatista norte-americano, a experiência sugere um fluir e um descontrole, uma vez que toda ação é reveladora de um contexto; toda estratégia é tentativa de negociação constante com um ambiente cujas proporções estão em devir, nunca totalmente conhecidas. Assim, a discussão sobre experiência torna-se matriz discursiva potente na leitura da comunicação organizacional, balizando o suposto “poder superior das estratégias”, uma vez que é capaz de descortinar as motivações, as escolhas, as relações de força, as trajetórias das organizações, posicionando-as sempre *em relação* - tanto no que se refere à atualidade das suas escolhas, quanto no que condiz ao processo histórico.

É nesse íterim que a noção de acontecimento tem se tornado extremamente útil para a compreensão da experiência. A partir de Deleuze (2007) e Queré (2003), podemos entender o acontecimento como algo que irrompe o fluir de uma experiência e provoca uma atualização das/nas relações de poder. Dessa forma, as interações organizacionais - tensionadas discursivamente por algo que surge, em descontrole, e, inesperadamente, altera os cotidianos organizacionais – mostram-se, diante do acontecimento, tanto permeadas por estratégias e linguagens oficiais – a fala autorizada (BALDISSERA, 2009b) – quanto por emergências em contextos de negociação com os sujeitos, a partir de práticas discursivas. O acontecimento acontece a alguém e perfura/fratura/fere determinado contexto de interações como algo imprevisto, provocando novas configurações, expressões e movimentos de sentido.

Tais movimentos, na visada de Deleuze (2007), são possibilitados pela linguagem, de modo que a efetuação do acontecimento nos contextos organizacionais não se dissocia de uma produção discursiva por parte dos sujeitos: narrativas emergem e delimitam campos de significância sobre os quais problemas ganham contornos e se projetam para outros. Entretanto, tais campos não são capazes de dizimar o corte acontecimental: a linguagem permite ao sujeito lançar possibilidades de compreensão ao que aconteceu, ao mesmo tempo em que expressa a impossibilidade de apreensão total do próprio acontecimento. Como nos lembra Deleuze (2007, p 13):

É a linguagem que fixa os limites [...] mas é ela também que ultrapassa os limites e os restitui à equivalência infinita de um devir ilimitado. [...] É próprio aos acontecimentos o fato de serem expressos ou exprimíveis, enunciados ou enunciáveis por meio de proposições pelo menos possíveis.

No suportar de um acontecimento, emergem os discursos produzidos pelos sujeitos, que, diferentes entre si ao exprimirem como esse acontecimento os afeta, causam um estranhamento recíproco, como proposto por Queré (1995), no fluir de suas próprias

experiências. Isso significa que o acontecimento enfrenta diferentes formas de linguagem, advindas de sujeitos não “virgens”, encarnados em panos de fundo pragmáticos. Tudo depende do modo pelo qual e o quanto o acontecimento lhes concerne. Quanto a isso, é interessante notar que, em visada hermenêutica, Queré (2005, p. 69) entende que os problemas levantados pelo acontecimento se inserem em meio à abertura de “um horizonte de sentido, introduzindo novas possibilidades interpretativas, relativas tanto ao passado como ao presente e ao futuro”. Por tudo isso, o acontecimento estabelece uma espécie de corte/abertura no tempo, e institui outra relação dos sujeitos com a temporalidade/historicidade, relação esta evidenciada a partir da uma profusão de narrativas, formas discursivas reveladoras de contextos e de situações, muitas vezes, não-tematizadas linguisticamente e não percebidas pelos sujeitos antes do *acontecer do acontecimento*. Nesse sentido, o acontecimento não apenas revela um futuro, como também desvela um passado, e se institui a partir da emergência de campos problemáticos, no decurso de uma experiência (na relação entre criatura viva e ambiente):

o acontecimento tem um poder de esclarecimento e um “sentido discriminatório”: a sua observação permite descobrir o campo do qual ele faz parte, identificar a situação na qual ele se insere, referente a um problema submetido a pesquisa. Na sua singularidade, o acontecimento é mesmo o pivô da pesquisa sobre uma dada situação, porque representa o que é crítico, no sentido literal do termo: permite fazer diferenciações e distinções, estabelecer oposições e contrastes, gerar alternativas e escolher respostas apropriadas. [...] Os acontecimentos que se produzem neste tipo de situação caracterizam-se pelo seu poder de esclarecer o contexto do conjunto, de revelar os estados de coisas existentes e de realçar os processos em curso (QUERÉ, 2005, p. 71).

Em meio ao poder revelador do acontecimento, a experiência também guarda uma qualidade central, sobretudo na visão de Dewey (1980): seu caráter estético. Assim, tal caráter evidencia que nossa relação com as coisas do mundo não se dá unicamente pela via da hermenêutica, mas também num âmbito sensível, incontrolável, no qual a separação corpo e mente não faz sentido algum (DEWEY, 1980) – já que nossa interpretação (sentido) não se desvincula de nossa presença material e espacial nos ambientes (GUMBRECHT, 2010). Por tudo isso, a experiência estética não é necessariamente a experiência artística, mas sim aquela marcada por forças emocionais que nos fazem rever nossa relação com o ambiente; é uma experiência de atualização, em que o cognitivo e o emocional geram novas composições e novos modos de existir.

Além disso, vale a pena mencionar que a experiência só se constitui a partir de uma historicidade; e, aqui, cabe recuperar um dos principais autores que tem sido bastante

retomado no campo da comunicação: Reinhart Kosseleck. Por um gesto histórico, Kosseleck (2006) nos auxilia a remontar uma dimensão comunicativa dos discursos pela noção de experiência: como dispositivos ambulantes, os processos discursivos acolhem histórias dentro de histórias, conformando lugares de experiência porosos, justapostos, acessáveis e atualizáveis. Esse processo atravessa os cotidianos organizacionais e constitui a existência/resistência dos sujeitos que convivem com um passado vivo, chamado à ressignificação constante, e com a perspectiva de horizontes, ora mais abertos às diferenças, ora absurdamente instrumentalizados pelo jogo de forças da utilidade, do progresso e do assujeitamento aos processos de dominação.

Assim, a partir do discurso (vestígio e epicentro das experiências organizacionais modernas), é possível conformar instigantes problemáticas de pesquisa: em que medida o acontecimento (de qualidade absolutamente inesperada) atualiza as relações de poder e as práticas identitárias num determinado ambiente organizacional? Como as experiências estéticas diante da diferença provocam novas composições, permitem ou negam a existência de sujeitos, são capazes ou incapazes de exercer uma atualização das diferenças? E assim, a partir dos discursos, é possível não apenas estabelecer estudos de realidades específicas; mas, tomando tais realidades como suportes investigativos, as práticas discursivas nos permitem estabelecer relações interpretativas com o contemporâneo, com um passado (sempre presente) e com um horizonte de expectativas sempre movente.

Considerações sem ponto final

Com as discussões encetadas neste texto, nutrimos o intuito de levantar potencialidades de abordagens discursivas como lugares de pensamento, de investigação conceitual e de operacionalização de procedimentos no âmbito de estudos e pesquisas em comunicação organizacional. Dito por outras palavras, a adoção do discurso na construção de um olhar que apanha os ambientes interacionais das organizações como objetos de conhecimento da comunicação é empreitada extremamente promissora, sobretudo no que se refere à saliência de duas principais questões imbricadas que atravessam a comunicação organizacional: a instituição de dinâmicas identitárias e a atualização de relações de poder. Quanto a isso, defendemos, nas três seções anteriores, o quanto as abordagens discursivas precipitam as tensões que acolhem, no mesmo lance, as tentativas identitárias de estabilização e as perturbações movidas pelas diferenças; como também compreendemos como o discurso se apresenta como lente capaz de reconhecer movimentos de disputa e circulação do poder, sobretudo em processos de subjetivação (de tornar-se sujeito), em meio aos quais conflitos

morais e demandas por equidade, legitimidade e justiça emergem junto aos complexos cotidianos organizacionais; e, por fim, tomamos os fenômenos discursivos como epicentros para a compreensão das experiências dos sujeitos, pautadas por acontecimentos e qualidades notadamente estéticas, em meio às quais os âmbitos gestores das organizações são permanentemente desafiados com perturbações e tentativas constantes de instituição de novos ordenamentos, para muito além da própria racionalidade que move tais ambientes.

Quanto a isso, buscamos reconhecer o discurso como potência formante de um lugar coletivo de pesquisa, em meio ao qual inúmeras temáticas atravessam os sistemas relacionais das organizações e provocam tensões e dinâmicas que demandam compreensões. Há, nessa visada, originalidade em tratar temáticas complexas nos estudos organizacionais, favorecendo processos inter/multi/transdisciplinares, mediante interlocuções com outras áreas de conhecimentos, tais como: administração, ciências sociais, ciências da linguagem, educação, ciência política e sociologia. Nesse sentido, discussões sobre 1) linguagens, retórica e produção de sentidos em comunicação organizacional; 2) estratégias discursivas e de visibilidade pública em âmbitos formais de gestão, bem como tonalizadas por emergências movimentadas por públicos; 3) verificações das tensões presentes na identidade e na imagem organizacionais, a partir da expressão/escolha/aproximação com um *ethos* discursivo – um ofertar-se organizacional; 4) apreensões da opinião pública, de relações de poder e de demandas éticas por equidade e justiça; e 5) compreensões das diferenças, em meio ao fluir da experiência e de processos de subjetivação política nas organizações constituem-se como a reunião de notáveis desafios epistemológicos, teóricos e metodológicos ao estudo da comunicação organizacional, quando guiado por abordagens discursivas.

De tal sorte, sem qualquer intuito de esgotar as potencialidades dos estudos em comunicação organizacional pela visada do discurso, reconhecemos que a vitalidade das questões aqui propostas está intimamente correlacionada à continuidade do diálogo preliminar ora ofertado, em publicações, pesquisas orientadas e debates sistemáticos/constantemente em comunidades científicas voltadas a aperfeiçoar/aceitar/refutar/atualizar os estudos da área pautados pelo discurso. Assim, muito antes do que encerrar um debate, ou oferecer repostas definitivas, desejamos lançar perguntas que estimulem problemas e ampliem nossas capacidades analítico-interpretativas, refinando nosso lugar de pesquisadores da comunicação organizacional que se pautam por uma perspectiva crítica e relacional. Para não perder o ensejo, findamos este texto com a abertura de um relevante debate: pesquisadores que se aproximam de uma perspectiva discursiva, no âmbito de estudos da comunicação organizacional, são capazes de perceber e enfrentar tensões/desafios/nuances/matizes próprias

a este lugar epistemológico que dizem/desejam ocupar?

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó/SC: Argos, 2009. pp.7-51..

AMOSSY, R. (org.). Imagens de si no discurso: a construção do ethos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BALDISSERA, Rudimar. Tensões dialógico-recursivas entre a comunicação e a identidade organizacional. *Organicom*, nº 7, 2007, p. 229-243.

BALDISSERA, Rudimar. A comunicação no (re)tecer da cultura organizacional. *Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicacion*. Ano IV, nº 10, enero/junio 2009a, p. 52-62

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom*, Edição Especial, nº 10/11, p. 115-120, 2009b.

BAKHTIN, M. Estética da comunicação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, XXV(58):62-77, janeiro-abril 2011.

D'ALMEIDA, Nicole. Desenvolvimento e contradições contemporâneas da comunicação organizacional. In: MARQUES, Angela; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; LIMA, Fábila Pereira. Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. 2 vol. pp.55 a 62.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DEWEY, John. "Tendo uma experiência". In: LEME, Murilo Otávio Rodrigues Paes. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp. 89-105.

FRANÇA, Vera R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTA, L.G.; WEBER, M.H.; FRANÇA, V.; PAIVA, R. (org.), *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Ed. UnB, 2002.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

_____. *A ordem do discurso*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GADET, F.; HAK, T. [Orgs.]. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*.

Contraponto, 2010.

HALL, Stuart. Representation: cultural representation and signifying practices. London: The Open University, 1997.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Promoção do interesse e projeção da experiência: a formação dos públicos na interação com as organizações. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula. (orgs). **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018. Pp. 161-174.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro pasado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LANDOWSKI, Eric. Presenças do outro: ensaios de sociossemiótica. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MAINGUENEAU, D. Cenas da enunciação. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Doze conceitos em análise do discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. Termos-chave da análise do discurso. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

OLIVEIRA, Ivone. Objetos de estudo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas: um quadro conceitual. *Organicom, Edição Especial*, nº 10/11, p. 57-63, 2009.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípio e procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4.ed. Campinas: Unicamp, 2009.

QUÉRÉ, Louis. L'espace public comme forme et comme événement. In: JOSEPH, Isaac (org.). *Prendre Place. Espace publicetculture dramatique. Colloque de Cerisy. Association des Amis de Pontigny-Cérisy / Editions Recherches*, 1995.

QUERÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos: Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, Lisboa, n. 6, p. 59-74, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília/DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996. Pp. 367-383.

SANTOS, B. S. Entre próspero e caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In: RAMALHO, M. I; RIBEIRO, A. S. (Orgs). *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2001.

SAUSSURE, F. de. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 7- 72.